

Cai peso do salário na economia

Participação da renda no Produto Interno Bruto atingiu menor patamar dos últimos 12 anos

JANAINA VILELLA E LUIZA XAVIER

RIO e BRASÍLIA – As privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, combinadas a um cenário de câmbio desfavorável e juros altos, reduziram a participação dos salários no Produto Interno Bruto – total das riquezas geradas no país. De acordo com números divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o PIB atingiu, em 2002, R\$ 1,3 trilhão e o rendimento dos empregados respondeu por 36,14% desse montante, menor patamar desde 1990 (45,37%). Em contrapartida, o lucro das empresas subiu de 32,5% para 41,9% no mesmo período e a carga tributária bateu recorde, chegando a 34,9% do PIB, segundo dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

Nem mesmo o expressivo crescimento da economia registrado em 2000, de 4,3%, foi suficiente para aumentar a participação da renda no total da economia. De acordo com técnicos do IBGE, mesmo que o país volte a crescer a taxas superiores a 3%, o peso dos salários não voltará aos patamares da década de 90.

– Hoje, a economia vive uma outra realidade. Com a abertura do mercado e as privatizações, as indústrias tiveram que otimizar a produção. Houve cortes de custos e o desemprego aumentou. Isso tudo levou a uma queda da fatia da renda no PIB. Hoje, os reajustes de salários estão mais ligados a produtividade das empresas do que a dissídios trabalhistas. O empregado tem um menor poder de barganha – explica o gerente de Contas Nacionais Anuais do IBGE, Gélcio Bazoni.

O estudo do instituto mostra que o rendimento médio dos empregados brasileiros no ano passado teve uma queda real (descontada a inflação) de 1,3%. A retração é um dos motivos apontados pelo IBGE para a queda de 0,4% no consumo das famílias, em 2002.

De acordo com o economista Carlos Sobral, do IBGE, as incertezas do segundo semestre de 2002 levaram as famílias a poupar e consumir menos. O resultado foi um crescimento de 60,5% na poupança das famílias, que passou de R\$ 56,6 bilhões, em 2001, para R\$ 91 bilhões, no ano passado.

– Além de uma política monetária restritiva, com o aumento dos juros e uma desvalorização cambial da ordem de 52%, tivemos a questão política interna, que ge-

rou expectativas nos mercados em relação à vitória de um candidato de oposição. Por isso, foi natural que as famílias endividadas procurassem harmonizar as dívidas e reduzissem o consumo – diz Sobral.

O valor nominal do PIB, de R\$ 1,3 trilhão, representa a expansão de 1,9% em relação ao ano anterior. Nos últimos oito anos, o PIB acumula alta de 20,2%, com uma taxa média de crescimento de 2,3% ao ano.

Segundo o IBGE, o crescimento do país, em 2002, resulta sobretudo do bom desempenho das exportações. Foi o primeiro ano, desde a implantação do Plano Real, que a balança comercial de bens e serviços apresentou superávit, passando de um déficit de R\$ 11,9 bilhões em 2001 para um saldo positivo de R\$ 27,9 bilhões.

Depois de protagonizar uma discussão com o secretário de Política Econômica do Ministério da

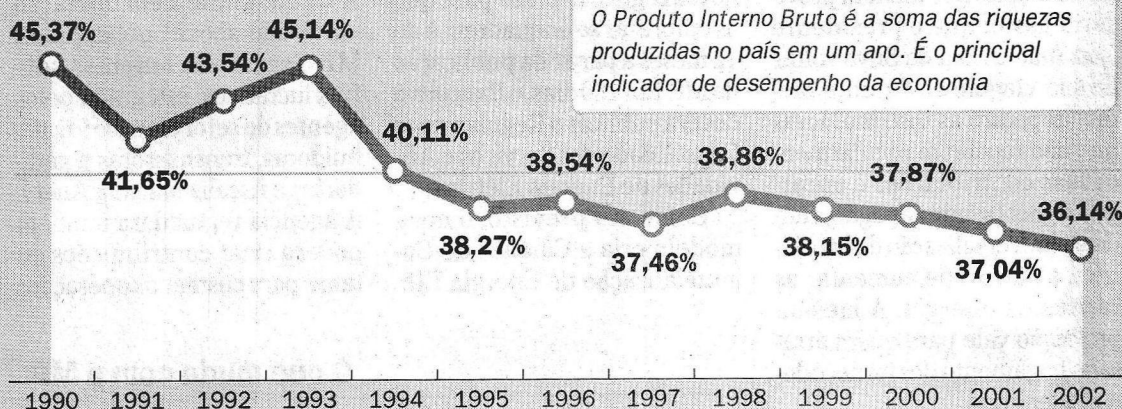
Fazenda, Marcos Lisboa, por causa das projeções para o PIB deste ano, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, admitiu ontem que o país poderá ficar sem crescimento econômico em 2003.

– Neste ano o crescimento vai ser entre zero e 0,5%, alguma coisa assim – disse após audiência na Câmara.

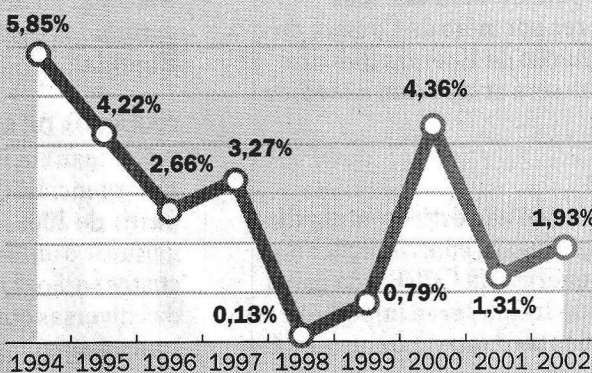
Foi a primeira vez que um ministro do governo Lula admitiu a hipótese de crescimento zero.

Renda perde espaço no Produto Interno Bruto

SALÁRIOS DOS EMPREGADOS



CRESCIMENTO DA ECONOMIA



OS NÚMEROS DE 2002

Varição anual (em relação ao ano anterior)

Consumo das famílias	-0,4%
Consumo da administração pública	1,4%
Formação bruta de capital fixo (investimentos)	-4,2%
Exportação de bens e serviços	7,9%
Importação de bens e serviços	-12,3%

Fonte: IBGE